

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-06-25

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Ribeiro, I. M. (2023). A participação de Portugal nas missões EUTM Mali e MINUSMA. In Vanda Amaro Dias (Ed.), *A participação de Portugal em missões internacionais: Uma política externa em mudança*. (pp. 259-282). Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais.

Further information on publisher's website:

<https://www.ics.ulisboa.pt/livros/participacao-de-portugal-em-missoes-internacionais>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Ribeiro, I. M. (2023). A participação de Portugal nas missões EUTM Mali e MINUSMA. In Vanda Amaro Dias (Ed.), *A participação de Portugal em missões internacionais: Uma política externa em mudança*. (pp. 259-282). Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Capítulo 9

A participação de Portugal nas missões EUTM Mali e MINUSMA

O presente capítulo procura analisar a presença militar portuguesa no Mali, com particular enfoque na Missão de Treino da União Europeia (EUTM Mali) e na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA), sob a perspetiva da Política de Defesa Nacional. O capítulo começa com uma introdução aos principais desafios da região do Sahel em geral, e do Mali em particular, procurando identificar a presença internacional no terreno no domínio da segurança e defesa e os respetivos desafios, focando, de seguida, o caso da presença militar portuguesa no contexto das missões identificadas. O mapeamento e análise da presença militar portuguesa no Mali no contexto destas missões foram desenvolvidos com base numa triangulação de dados sobre destacamento de forças nacionais, documentos e relatórios, bem como entrevistas exploratórias realizadas na Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, que pertence ao Ministério da Defesa Nacional, mantendo, em simultâneo, um constante diálogo com a literatura científica.

Contextualização dos desafios no Sahel

O Sahel, enquanto região com determinadas características geomorfológicas e climáticas, localizada a sudeste do deserto do Sahara, constitui porventura um contínuo natural. Contudo, enquanto região política, subjaz ao conjunto de países que a compõem uma certa artificialidade e imposição pós-colonial, motivada pela respetiva securitização por parte de países europeus. O Sahel, enquanto região política à luz da atual representação europeia, resulta primariamente da criação do fórum G5 Sahel em 2014 (G5 Sahel 2020), impulsionada por França (Dieng 2020) e agregando cinco Estados – nomeadamente Mali, Níger, Burkina Faso, Mauritânia e Chade –, cuja condição estatal e fronteiras são contestadas e que não têm necessariamente as melhores relações entre si, nem entre as elites políticas e as respetivas populações (Bassou 2017). O uso do G5 Sahel enquanto metonímia para a região do Sahel decorre, assim, de uma espacialização securitizada do discurso político europeu contemporâneo face a uma região comumente apelidada de linha de defesa avançada da União Europeia (UE) a sul, dado que os seus desafios (em particular o terrorismo transnacional e a migração irregular) são vistos como afetando diretamente a região euro-atlântica (Davitti e Ursu 2018). De resto, devido ao caráter transnacional das ameaças no Sahel e aos seus interesses estratégicos na região, os Estados-membros da UE prestam mais apoio ao Sahel (e ao Mali em particular) do que a qualquer outra zona de conflito no continente africano (Baudais e Maïga 2022, 21). O

Sahel é, deste modo, caracterizado como «[...] uma região estratégica para a União Europeia, tendo em consideração os desafios de segurança e o seu papel no contexto regional mais vasto [...]» (República Portuguesa 2021a).

Embora neste capítulo destaquemos especificamente duas missões que procuram lidar primariamente com o fenómeno do terrorismo jihadista transnacional, é importante notar que o Sahel é uma região altamente volátil, marcada por outros fenómenos problemáticos mais abrangentes. Entre estes incluem-se a pobreza extrema, um crescimento exponencial da população, a proliferação de tráfico e crime organizado, a «fragilidade» estatal, a violência interétnica, condições climáticas adversas e a forte pressão sobre os recursos naturais – incluindo escassez de alimentos e água, muitas vezes relacionada com alterações climáticas e com efeitos na elevada conflitualidade que se regista na região (Raleigh 2010; Banunle e Apau 2019; Kwasi *et al.* 2019). Este contexto torna esta região particularmente propensa a emergências complexas, que podem facilmente expandir-se em termos de gravidade e alcance geográfico, não só regionalmente (e.g., para a África Ocidental, incluindo o Golfo da Guiné), mas também numa escala maior, devido à porosidade das fronteiras e carácter transnacional dos desafios já identificados (Fominyen 2020).

O Sahel é também uma região marcada por um «dilema de fragilidade». Este dilema deriva de Estados «frágeis» – em si uma designação eurocêntrica não desprovida de assimetrias ou considerações pós-coloniais, na medida em que reflete os preceitos e prioridades dos decisores ocidentais/europeus nos domínios do desenvolvimento e segurança (Grimm, Lemay-Hébert e Nay 2014) – terem necessidade crítica de ajuda externa e capacidade de absorção limitada, apesar de serem identificados como uma ameaça à segurança regional ou global (que amiúde têm precedência sobre a segurança das populações locais), e contra a qual não há outra alternativa senão apoiar o regime no poder (Osland e Erstad 2020, 19). A dificuldade nestes casos é que, independentemente do nível de corrupção ou fragilidade da legitimidade democrática destes regimes, os mesmos ditam os termos segundo os quais os atores externos podem agir. Por outro lado, o apoio por parte de atores externos, como a UE e os seus Estados-membros ou a Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo quando procuram tratar os seus interlocutores locais como parceiros iguais, de modo a garantir o máximo de apropriação (*ownership*) e sustentabilidade dos esforços, contribui, ainda que inadvertidamente, para a legitimação dos referidos regimes, reforçando o respetivo poder *tout court* e, por conseguinte, o poder sobre os termos da ajuda externa.

Os desafios no Mali e a proliferação de iniciativas externas

No contexto do Sahel, o Mali é comumente identificado por atores europeus – incluído Portugal – como um dos principais focos do terrorismo jihadista em África e como tendo o potencial de desestabilizar toda a África Ocidental (Hassan 2020, 209) devido à sua dimensão, localização geográfica e elevada volatilidade política e de segurança. A história recente do Mali, desde a sua independência em 1960 enquanto colónia francesa, tem-se pautado por períodos de grande instabilidade e conflitualidade, bem como por uma ordem constitucional precária. A atual crise no Mali, que, de resto, permeia o Sahel político de modo transversal, decorre de uma série de acontecimentos que se sobrepõem a um contexto geopolítico pós-colonial instável, poroso e complexo, agravado pelos desafios anteriormente descritos. Eventos como a Primavera Árabe e a queda de Muammar Kadhafi, na Líbia, em 2011, levaram à proliferação de grupos de militantes armados e ataques terroristas na região (não só no Mali, mas também no

Burkina Faso e Níger), levando a uma forte securitização da região do Sahel político (Niang 2020). O subsequente golpe de Estado militar de 2012 no Mali, que levou ao afastamento do Presidente democraticamente eleito Amadou Toumani Touré, e ao início de um conflito armado que opôs, por um lado, o exército maliano e, por outro, grupos de combatentes berberes e grupos jihadistas e criminosos, que resultaram na efetiva divisão do país (Stigall 2015). O conflito armado foi travado em 2013, na sequência da operação militar francesa *Serval*, que permitiu a um governo de transição restabelecer o controlo (civil) sobre as instituições centrais do Estado e que resultou na recuperação temporária do controlo dos territórios a norte (Balduino 2018). A França, de resto, tem sido o principal ator a impulsionar iniciativas externas no Mali, porventura devido à sua condição de antigo colonizador.

Na sequência deste sucesso inicial, verifica-se, desde 2013, no Mali e na região do Sahel em geral, uma concentração de iniciativas externas no âmbito da luta contra o terrorismo transnacional e apoio às Forças Armadas locais que, no entanto, se têm mostrado especialmente desadequadas e ineficazes.

Para além das missões EUTM Mali e MINUSMA, que constituem objeto de estudo do presente capítulo, nestas iniciativas inclui-se também a operação *ad hoc* multinacional *Barkhane*, lançada em 2014 e sediada no Chade (embora opere em todos os países do G5 Sahel). Esta operação antiterrorismo é liderada por França, e Portugal é um dos Estados participantes. A operação *Barkhane* procurou seguir o sucesso da sua antecessora (a operação *Serval*), contudo não obteve o mesmo êxito, tendo sido suspensa no seguimento de um pedido do governo de transição maliano. No momento de escrita do presente capítulo, a missão encontrava-se em fase de retirada, estando ainda a apoiar, temporariamente, a missão MINUSMA (France 24 2022). A *task force Takuba*, igualmente liderada por França e estreitamente ligada à mais abrangente operação *Barkhane* no território do G5 Sahel, embora visando especificamente os desafios no Mali, é outra iniciativa militar *ad hoc* europeia no Mali, na qual Portugal também participa. Esta força está essencialmente focada no acompanhamento das Forças Armadas malianas (FAMA), mas o seu futuro é igualmente incerto (Lory 2022). De resto, a deterioração das relações entre o Mali e França tem exacerbado a pressão sobre a presença europeia no país, forçando a uma gradual saída ou reconfiguração da mesma. Para além da EUTM Mali, de que nos ocuparemos na secção seguinte, a UE está também presente no país através da *European Union Capacity Building Mission in Mali* (EUCAP Sahel Mali), uma missão civil de gestão de crises, com participação portuguesa, lançada em 2015 para apoiar as Forças de Segurança malianas a «reafirmar a autoridade do Estado» em todo o país (incluindo o norte), em colaboração com o G5 Sahel (Conselho da União Europeia 2014).

Esta miríade de missões e operações no terreno reflete não apenas a expansão da ameaça terrorista em si, mas também a crescente instabilidade política e social no Mali. Esta instabilidade decorre, por sua vez, do processo de «transição democrática» no país, que teve início em 2012 (há precisamente uma década) e não tem fim à vista. Este processo difícil e lento tem-se caracterizado por elites políticas oportunistas e negligentes e por militares que não dão espaço ao desenvolvimento da democracia, conforme mostram os sucessivos golpes de Estado de 2020 e 2021,¹ em parte espoletados por

¹ Em agosto de 2020 foi encetado um golpe de Estado militar que depôs o governo democraticamente eleito de Ibrahim Keita. Entre as motivações apontadas para este evento incluem-se problemas transversais e longitudinais que têm vindo a caracterizar o poder político no Mali nos últimos 20 anos, incluindo instituições débeis, a incapacidade do governo de fornecer serviços básicos aos cidadãos, bem como as dificuldades em resolver a insurreição no norte do país (Adetuyi 2021). No final de 2020, o Coronel Assimi Goita, responsável pelo golpe de Estado de 2020, renunciou ao poder a favor de Bah Ndaw, que passou a

protestos pró-democracia (Niang 2020), mas também pelo foco francês e europeu no fortalecimento militar pós-2013 que terá contribuído, ainda que inadvertidamente, para criar condições propícias para estes golpes de Estado (Gazeley 2022), ao robustecer as estruturas militares e reforçando o sentido de oportunidade e um ambiente internacional permissivo.

Esta precária situação política tem levado ao afastamento e desconfiança das populações face tanto às elites políticas como militares (Coulibaly, Logan e Gyimah-Boadi 2020), e tem resultado num sério agravamento dos desafios de segurança, governança, e humanitários existentes e, de um modo geral, da «fragilidade» e volatilidade do país, com reverberações a nível regional. Para além das sanções impostas por atores internacionais, a expansão de insurgentes islâmicos para o centro do país (e para outros países da região) a partir do norte do Mali, decorrente, em larga medida, do fracasso da implementação do acordo para a paz e reconciliação no Mali (Acordo de Argel), assinado em 2015 com os separatistas (Arieff 2020),² têm alimentado este agravamento. Estas complexas circunstâncias refletem ainda o caráter contestado e artificial da condição estatal do Mali e da porosidade das suas fronteiras – marcados por uma fragmentação da autoridade central, por sua vez decorrente da falta de instrumentos materiais e normativos para governar efetivamente todo o território nacional, bem como pelo agravamento do ambiente de segurança (Balduino 2018, 581).

Quase uma década depois da intervenção inicial francesa e da proliferação de iniciativas europeias e internacionais, a precariedade e instabilidade da situação no Mali permanece inalterada, e os territórios a norte mantêm-se, em larga medida, longe do controlo das instituições centrais do Estado. Os debates político e científico apontam uma série de motivações principais para o fracasso generalizado das iniciativas internacionais antiterrorismo e de capacitação das Forças Armadas dos países da região. Estas incluem os interesses de segurança e preocupações estratégicas dos atores externos enquanto principais fatores impulsionadores das referidas iniciativas, em lugar dos interesses dos países visados, mas também a negligência, por parte de atores externos, dos desafios estruturais (sociais, económicos, etc.) que sustentam a expansão do terrorismo – incluindo a elevada probabilidade de o sustento das populações estar sob maior ameaça do que a respetiva segurança física (Bleck e Michelitch 2015). A par com esta questão está a dificuldade de as iniciativas externas conseguirem assegurar suficiente apropriação, por parte das autoridades e comunidades locais (Dieng 2019), em larga medida decorrentes da elevada rotatividade dos Comandantes de Forças no terreno e da falta de comunicação e confiança entre os diferentes intervenientes, mas também da presença no terreno e influência de competidores estratégicos com ambições e pressupostos normativos divergentes (como é o caso do grupo Wagner).³ Por outro lado, verifica-se uma tendência,

liderar um governo de transição. Contudo, Goita encetou novo golpe em maio de 2021, que derrubou o governo de Ndaw (Okon 2021), dando lugar a um novo governo de transição encabeçado por uma junta militar.

² Embora o golpe de Estado de março de 2012 tenha sido espoletado, em parte, por um motim no interior das Forças Armadas malianas, as principais forças envolvidas no conflito no Mali são grupos secessionistas Tuaregues (em particular o Movimento Nacional pela Libertação de Azawad) e diversos grupos islamistas no norte do país (entretanto coligados) em oposição ao governo e Forças Armadas malianas. Estes grupos já se haviam insurgido contra as autoridades malianas em momentos anteriores (no seguimento da independência do Mali, na década de 1960, e mais tarde nas décadas de 1990 e 2000), com o propósito de garantir a autonomia da região do norte, que designaram de Azawad (Center for Preventive Action 2022). O conflito é, por sua vez, alimentado pelas difíceis dinâmicas propensas a emergências complexas identificadas na secção deste capítulo referente à contextualização.

³ O grupo Wagner é uma organização militar financiada pela Rússia que envolve o destacamento de forças mercenárias no terreno e que tem fornecido à junta militar atualmente no poder no Mali uma reserva alternativa de tropas estrangeiras, facilitando o afastamento entre esta e as forças ocidentais (em particular

por parte de analistas e atores externos, para olharem para o fenómeno do terrorismo transnacional no Mali e no Sahel como um monólito heterogéneo, descurando as respetivas nuances e complexidades (Dowd e Raleigh 2013).

Para além destes problemas, o foco europeu no reforço das estruturas militares malianas através de missões como a EUTM Mali resulta num paradoxo (replicando, em certa medida, as condições que levaram ao golpe de Estado militar de 1968).⁴ Se a intenção deste foco era garantir a superioridade das FAMA na luta contra os grupos terroristas, na defesa do Estado e no apoio à recuperação do controlo Estatal (civil) sobre todo o território do país (incluindo o norte), o resultado tem sido inteiramente contraproducente, na medida em que facultou a estas forças a robustez (em termos de tamanho, treino e equipamento), oportunidade e ambiente internacional permissivo necessários para os golpes de Estado de 2020 (Gazeley 2022) e 2021. Para além disso, a intenção da UE de impedir o desvio corrupto dos salários das FAMA resultou na diminuição da exigência de controlo democrático sobre estas forças, afastando-as ainda mais do poder político (*ibidem*, 11). Esta abordagem unilateral e setorial reflete, por parte de atores externos, não só algum desconhecimento ou desligamento da realidade no terreno (bem como da história das relações entre o governo político e o aparato militar no Mali), mas também a desconsideração pelos desafios estruturais que subjazem à expansão do terrorismo e que abarcam outras áreas setoriais, podendo vir a ser putativamente vantajosa uma abordagem mais abrangente e integrada, sustentada no triplo nexos desenvolvimento-ajuda humanitária-paz/segurança (Hövelmann 2020) que as organizações internacionais têm vindo a advogar, mas não necessariamente a praticar.

Em suma, o Mali insere-se numa região especialmente volátil, na qual proliferam iniciativas e projetos internacionais desde 2013 que, apesar de muitos, não têm surtido os efeitos desejados pelos seus financiadores, mostrando-se incapazes de mitigar os desafios de complexidade extrema que marcam o ambiente estratégico do país e da região. Na secção seguinte iremos abordar os princípios e interesses que subjazem à presença e projeção de Portugal no Sahel, e no Mali em particular, do ponto de vista da Política de Defesa Nacional.

A presença e interesses de Portugal na região do Sahel

Uma presença no Sahel poderá, à primeira vista, não parecer uma escolha evidente para a Política de Defesa Nacional de Portugal. Apesar da sua forte e multifacetada pegada em África no domínio da Defesa, historicamente, as relações entre Portugal e os parceiros africanos têm incidido sobretudo na chamada «África Subsariana», em particular a sul do Sahel e em países lusófonos (em especial ex-colónias). Contudo, tanto os interesses como a presença de Portugal na região do Sahel têm vindo a intensificar-se, sobretudo desde 2013. Os motivos para este envolvimento são vários. Por um lado, importa sublinhar que Portugal é um Estado-membro da UE fortemente investido no desenvolvimento da Defesa Europeia, participando atualmente em todas as missões da Política Comum de Segurança e Defesa no continente africano. Por outro lado, apresenta-

francesas) ali presentes. Para além do apoio militar, o grupo Wagner procura também influenciar as elites políticas e a população local através de campanhas de desinformação sobre o Ocidente, procurando descredibilizar os parceiros europeus no terreno (Elischer 2022, 23).

⁴ O golpe de Estado militar de 1968, liderado por Moussa Traore, depôs o primeiro Presidente do Mali enquanto país independente, Modibo Keita. Tal como os golpes de 2020 e 2021, também o golpe de 1968 resultou de tumultos civis relacionados com a ineficácia do governo civil e de estruturas militares reforçadas e encorajadas a agir (Adetuyi 2021, 4).

se como um produtor de segurança que contribui ativamente para as missões lançadas pelas organizações multilaterais às quais pertence, incluindo a ONU. Em terceiro lugar, importa ainda sublinhar a proximidade geográfica com o Sahel, decorrente da sua localização no sul da Europa.

Para além da importante pegada no continente africano, outro dos vetores das políticas externa e de defesa de Portugal é a dimensão (da segurança) marítima. Neste âmbito, Portugal está presente no Golfo da Guiné, tanto em contexto bilateral (como é o caso da iniciativa Mar Aberto), quanto multilateral (como é o caso das Presenças Marítimas Coordenadas da UE, ou do programa *Support to West Africa Integrated Maritime – SWAIMS* – de apoio à segurança marítima integrada da África Ocidental). Enquanto Estado euro-atlântico orientado para o mar, Portugal não só está envolvido em atividades relacionadas com a segurança marítima, como apoia ativamente uma maior integração de iniciativas marítimas na área do Golfo da Guiné. Efetivamente, tanto a segurança marítima quanto as relações entre a UE e África constituíram prioridades para a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, que decorreu no primeiro semestre de 2021. Esta presença marítima é relevante para a projeção e entendimento de Portugal sobre o Sahel, porquanto há no âmbito da Defesa Nacional alguma tendência para uma identificação mais abrangente (porventura na linha geomorfológica) da região como o «Grande Sahel», que se estende do oceano Atlântico e do Golfo da Guiné até ao Mar Vermelho e eventualmente até ao Oceano Índico, onde Portugal também está presente na operação naval da UE Atalanta. De resto, a ideia de que o Mali é, para Portugal, considerado um elemento-chave na estabilidade do continente africano, bem como a ideia de que o Sahel é uma região mais vasta do que o Sahel político do G5, são corroboradas pela afirmação do então Ministro da Defesa Nacional, João Cravinho, de que a MINUSCA «configura um contributo da maior relevância para a construção da paz nesse país e nessa região do Sahel e, por esta via, para a manutenção da paz em todo o continente africano» (Cravinho 2021, 3).

Embora Portugal não tenha, até à data, divulgado uma estratégia específica para a região do Sahel, é possível discernir os respetivos interesses e focos estratégicos que justificam a sua participação em ambas as missões em causa, da perspetiva da Política de Defesa Nacional. Na linha da estratégia da UE para o Sahel, estes incluem (mas não estão limitados a) a estabilização da região alargada (do oceano Atlântico ao Índico, incluindo aspetos relacionados com a segurança marítima em ambos os oceanos), a luta contra o terrorismo, a diminuição dos fluxos migratórios irregulares para a UE, bem como a prevenção e gestão de emergências complexas. Para além disso, conforme anteriormente referido, Portugal considera que a paz no Mali, em particular, é uma das pedras de toque para garantir a segurança de toda a região.

A posição de Portugal sobre o Sahel, particularmente em contextos multilaterais, pauta-se por uma procura de diálogo politicamente orientado com atores locais e organizações regionais e sub-regionais (e.g., União Africana, G5 Sahel, CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, etc.), centrado na identificação de novos modos de cooperação elaborados à medida dos desafios específicos de cada país, bem como da região de um modo geral, sempre procurando garantir a apropriação das autoridades e populações locais. De resto, Portugal tem vindo a defender um reforço do diálogo político com os atores locais que consiga garantir algum equilíbrio entre as exigências da UE e da ONU relativamente aos compromissos assumidos pelas partes envolvidas – nomeadamente em matéria de Direitos Humanos – e a capacidade dos Estados da região de absorver e executar estas políticas e exigências. Desde o início do seu envolvimento no Mali, em 2013, e especialmente mais recentemente com o agravar da situação no país, Portugal tem vindo a defender prudência e paciência, bem como uma

utilização eficaz dos recursos disponíveis, salientando que exigências excessivas podem levar os países da região, e o Mali em particular, a procurar outros parceiros (incluindo competidores estratégicos, como a Rússia) (República Portuguesa 2022).

Os interesses e contributos de Portugal em África, e no Sahel, incidem sobretudo na capacitação de parceiros em matéria de defesa, capitalizando sobre a sua vasta e reconhecida experiência, mas também sobre a segurança marítima, e ainda, em certa medida, sobre a capacitação institucional com enfoque nas questões políticas e de governação, segurança, desenvolvimento, bem como de direitos humanos. Alguns contributos de Portugal nesta matéria incluem o apoio financeiro ao Colégio de Defesa do G5 Sahel, ou o envolvimento em formação e exercícios com as forças de defesa e segurança locais, incluindo no âmbito das missões EUTM Mali e EUCAP Sahel Mali, bem como nas operações acima enunciadas. De um modo geral, Portugal não só participa ativamente, como tem vindo a apoiar a manutenção de uma presença multilateral na região do Sahel, e em particular no Mali, sobretudo no contexto Europeu (incluindo a UE) e na ONU.

Para além deste panorama geral que subjaz aos interesses nacionais face à região do Sahel, e ao Mali em particular, para se compreender o empenhamento de forças nacionais nesta região, independentemente do contexto específico desse empenhamento (ONU, UE, etc.), é necessário também um entendimento sobre a mecânica e a visão da Política de Defesa Nacional para a ação externa portuguesa em matéria de defesa e em particular para o empenhamento de Forças Nacionais Destacadas (FND). Em primeiro lugar, este empenhamento tem seguido uma linha de continuidade em contextos plurianuais, tanto de defesa coletiva como de segurança cooperativa, de forma integrada. Em segundo lugar, destaca-se um esforço de equilíbrio estratégico na participação de Portugal em missões e operações internacionais, não só através de uma utilização eficiente dos recursos limitados disponíveis, mas também capitalizando sobre as parcerias e presenças já estabelecidas, procurando expandir, de certa forma, a projeção nacional. De resto, Portugal esforça-se para oferecer contributos consideráveis às missões e operações internacionais (tanto na UE, como na Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN – e na ONU), tendo investido na construção de uma narrativa de «construtor de paz» e de «pontes» enquanto parte integrante da sua identidade distinta em matéria de relações externas. Para além disso, tem ainda vindo a empenhar um número significativo de militares nestas missões, bem como aumentado o seu orçamento de defesa para as acomodar (Arena 2017).

Alguns dos elementos mais relevantes que subjazem ao empenhamento de FND, em particular em África, incluem a necessidade de assegurar um contributo operacional para a segurança do espaço euro-atlântico, procurando, em simultâneo, dar resposta, de forma equilibrada, aos compromissos multilaterais nos quais Portugal está envolvido. Esta orientação passa por compensar ocasionais retraimentos de alguns teatros de operação com reforços noutras áreas geográficas que vão ganhando importância estratégica por diferentes motivos. Este é o caso da retirada das Forças Aliadas do Afeganistão e da diminuição de efetivos noutros contextos, em favor do redireccionamento de recursos para o reforço da sua presença no continente africano. Não obstante, na última década, Portugal já tem vindo progressivamente a optar por alargar a sua presença no continente africano independentemente de outros retraimentos, em particular através de uma participação ativa nas missões de estabilização e de segurança numa região que, conforme indicado, é assinalada no contexto português e europeu como constituindo a linha de defesa avançada da Europa (Cravinho 2021, 4), compreendendo não apenas a região do «Grande Sahel» (do Atlântico ao Índico), mas também regiões contíguas como o Golfo da Guiné, a Somália ou a República Centro Africana.

As FND também se caracterizam por uma capacidade continuada de enfrentar desafios por alargados períodos de tempo, por um putativo conhecimento mais aprofundado das realidades africanas e por uma reconhecida capacidade de relacionamento e integração com as forças dos seus parceiros (Dias, Freire e Barradas 2021, 131), em especial de parceiros africanos (Costa 2012), sobretudo em comparação com outros Estados-membros da UE. A conceção de um «mundo português» marcado pela ideologia do «lusotropicalismo» como uma «civilização distinta» (Silva e Cabral 2020) persiste, ainda que de modo bastante marginal e superficial, nas narrativas sobre a presença de Portugal nas suas antigas colónias, em especial em África, mas também num espectro geográfico mais alargado neste continente. A presença portuguesa em África na área da Defesa, mas também do Desenvolvimento, no âmbito das relações com as suas ex-colónias é marcadamente neocolonial, dada a sua natureza normativa e até ocasionalmente hierárquica (Ribeiro 2020). Contudo, podemos identificar uma tendência mais abrangente do que as ex-colónias portuguesas onde Portugal não abandona totalmente alguns dos elementos discursivos decorrentes desta ideologia, em especial a questão do excecionalismo português e capacidade ímpar de integração junto das populações locais (Castelo 2017) – e o Mali é um exemplo disto. Esta permanência discursiva reflete o historial colonialista português, sobretudo no que respeita à intertextualidade e consolidação de narrativas perenes (pós-coloniais e pós-Estado Novo) da visão institucional portuguesa face à sua adaptabilidade em ambientes onde outros europeus têm dificuldade em entrar e se integrar.

Portugal procura sistematicamente garantir a multiplicação dos seus esforços face (e devido) aos recursos limitados de que dispõe, priorizando, por um lado, a sua projeção em missões e operações multinacionais, sobretudo no âmbito das organizações a que pertence, e por outro lado, em determinadas regiões de interesse nacional. Este esforço é acompanhando, sempre que possível, de um aproveitamento dos benefícios resultantes da continuidade e da confiança estabelecida nos locais onde se encontra presente há mais tempo (como a Guiné-Bissau, no caso da região da África Ocidental). Nestes casos, a tomada de decisão sobre a projeção e continuidade da presença nacional em determinados contextos assenta sobre a premissa de que o investimento ali realizado é multiplicável. Um exemplo desta capacidade de multiplicação é o caso da atual presença portuguesa no Atlântico, no âmbito da segurança marítima, que, embora possa aparentar alguma fragmentação, na realidade triangula e consolida uma presença naval coordenada em diversas frentes. A participação de Portugal neste contexto multiplica-se em missões de fiscalização conjunta no Golfo da Guiné em parceria com atores locais, simultaneamente consolidada no âmbito das presenças marítimas coordenadas da UE, por sua vez desenvolvidas em estreita ligação com as missões da iniciativa Mar Aberto e com o esforço combinado de Cooperação no Domínio da Defesa bilateral presente na região.

Na perspetiva nacional, o empenhamento de forças portuguesas no Mali deverá, por conseguinte, ser visto não individualmente, mas no seu conjunto, considerando o desígnio subjacente da sua capacidade de multiplicação de esforços. No caso das duas missões em apreço, esta consistência traduz-se na combinação de diferentes tipos de presença, em diferentes contextos institucionais, que combinam o papel de estabilização da MINUSMA com a contribuição para a formação e capacitação dos parceiros no terreno através da EUTM Mali, permitindo uma presença mais alargada e abrangente.

Na secção subsequente iremos olhar com mais detalhe para a participação da FND nas missões EUTM Mali e MINUSMA, sob a perspetiva da Política de Defesa Nacional, procurando mapear esta presença e analisá-la à luz da visão nacional para a região do Sahel e para o continente africano em geral e à luz deste esforço de multiplicação da

projeção nacional e da missão da ação externa de Portugal enquanto produtor de segurança.

A participação portuguesa nas missões EUTM Mali e MINUSMA

A missão de treino da UE no Mali foi espoletada por um pedido, por parte das autoridades de transição malianas, em dezembro de 2012, e a sua legitimidade reforçada pela Resolução 2085 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2012), em resultado do agravamento da situação no terreno (em particular no norte do país). A missão foi lançada em fevereiro de 2013, no seguimento de uma Decisão do Conselho da UE (Decisão 2013/34/PESC), tendo o respetivo mandato sido sucessivamente prorrogado. A participação de Portugal foi aprovada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional no mesmo ano e, desde então, Portugal tem participado nesta missão ininterruptamente, tendo contribuído para as diferentes vertentes que a compõem. Atualmente no seu 5º mandato (com duração prevista até maio de 2024), a EUTM Mali é uma das maiores missões da Política Comum de Segurança e Defesa da UE, prestando aconselhamento às autoridades de Defesa malianas, bem como formação e treino às FAMA, com o propósito de garantir que estas forças se tornem autossustentáveis e capazes de contribuir para a defesa do território maliano e para a proteção efetiva da população. À data da escrita do presente capítulo, a missão já tinha completado a formação de mais de 15.000 elementos das FAMA. Nos seus sucessivos mandatos, a EUTM Mali foi ainda progressivamente incluindo uma vertente mais transversal de apoio à Força Conjunta do G5 Sahel, através de aconselhamento, formação e treino, com a finalidade de auxiliar a sua operacionalização e apoiar as Forças Armadas dos países do G5 Sahel (União Europeia 2022). De um modo geral, as atividades da missão são levadas a cabo em coordenação com outros atores no terreno envolvidos no apoio às FAMA, incluindo a ONU (através de atividades de desarmamento, desmobilização e reintegração desenvolvidas no âmbito da MINUSMA) e a CEDEAO.

Apesar de esta missão ser um dos vários instrumentos da UE no Mali, ancorados numa abordagem integrada para o Sahel – inicialmente lançada em 2011 e posteriormente revista num plano de ação em 2015 e reforçada com Conclusões do Conselho em 2021 (Goxho 2021) – que inclui também instrumentos relacionados com segurança e desenvolvimento, a execução desta missão em si tem sido levada a cabo de forma algo separada. Em última análise, a ideia chave que subjaz à missão, e que se tem mantido inalterada desde o seu início apesar da sua ineficácia, é uma abordagem seccional focada essencialmente no reforço das FAMA como suposta solução para as autoridades de transição restaurarem o controlo civil do território do Estado e, em última análise, para a estabilização da segurança do país. Contudo, a par com a interferência russa, por via do grupo Wagner, esta abordagem tem contribuído para resultados opostos ao pretendido: verifica-se uma expansão e agravamento da ameaça terrorista e o aparato militar maliano tem sido reforçado ao ponto de se sentir encorajado a executar dois golpes de Estado. Uma vez que o treino das FAMA está a ser cumprido, apesar da falta de equipamento, a questão da ineficácia da missão não é linear, aplicando-se sobretudo ao panorama geral de não se verificar uma melhoria na estabilidade e no abrandamento da ameaça terrorista – pelo contrário, a situação em 2021 era pior do que em 2013 (Baudais e Maïga 2022, 26) – e não tanto ao seu objetivo mais imediato de treino das FAMA.

A Missão de Estabilização Integrada Multidimensional da ONU no Mali (MINUSMA), uma força de estabilização e manutenção da paz, foi instituída no mesmo ano que a EUTM Mali (2013), em substituição da Missão de Apoio Internacional no Mali

(AFISMA) liderada pela CEDEAO – por sua vez decorrente do reforço da operação francesa *Serval* com militares de outros países da região. A MINUSMA foi, assim, estabelecida na sequência da Resolução 2100 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2013), tendo sido inicialmente incumbida de levar a cabo tarefas relacionadas com a segurança do Mali, incluindo a reforma do setor de segurança, e o apoio aos processos políticos no país, mais tarde abarcando a proteção da população civil. O seu relativo sucesso tem resultado no seu funcionamento ininterrupto.

A MINUSMA tem sido considerada pelo aparato da defesa nacional como estando «[...] no topo das nossas prioridades na política externa e na defesa nacional» e Portugal, em coordenação com a presença na EUTM Mali, tem sido considerado como «[...] uma parte ativa e relevante no importante papel da MINUSMA na estabilização [...]» do Mali e de toda a região do Sahel (Cravinho 2021, 5-6). De resto, no momento da escrita deste capítulo, o Conselho Superior de Defesa Nacional emitiu um parecer favorável sobre a continuidade da participação de Portugal nesta missão, subseqüentemente autorizada pela Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras (Defesa Nacional 2022).

Da perspetiva da Política de Defesa Nacional, no que respeita ao seu contributo para o planeamento da abordagem internacional ao conflito no Mali, Portugal tem desempenhado um papel mais visível e vocal do que os seus recursos possam indicar à primeira vista (não sendo esta uma atitude necessariamente nova). Destaca-se, em particular, o Comando da missão EUTM Mali assumido em dezembro de 2019 pelo Brigadeiro General Boga Ribeiro, com a duração de seis meses. Duas componentes chave do sucesso das missões e operações no terreno, como a EUTM Mali ou a MINUSMA, e especialmente da sua apropriação por parte de atores locais, é a capacidade de estabelecimento de relações de confiança entre os vários interlocutores, em particular entre os comandos das missões e as autoridades e populações locais, bem como um conhecimento aprofundado da situação no terreno. Um dos motivos apontados para o fracasso das iniciativas internacionais no caso do Mali, em geral, tem sido justamente esta falta de confiança e de conhecimento. Uma das questões que poderá estar na raiz destes problemas será porventura a curta duração dos mandatos dos Comandantes de Força de Missão (em particular no caso da EUTM) (Baudais e Maïga 2022, 22). Contudo, e embora de forma limitada, Portugal conseguiu, durante o seu mandato à frente da EUTM Mali, reforçar a confiança com as autoridades e populações locais, em virtude da proximidade que se gerou, apesar do contexto pandémico, tendo o contributo do comando português sido distinguido com a *Common Security and Defence Policy Service Medal for Extraordinary Meritorious Service* (Mourato 2020). Também a ênfase colocada no fator humano e na integração das forças sob o comando português da EUTM Mali, em particular face à população e autoridades malianas, bem como uma comunicação eficaz e próxima, resultaram num reforço de confiança, tendo estes fatores sido destacados por diversos atores internacionais e pelas próprias autoridades malianas (Exército Português 2020). Este é um exemplo da capacidade que Portugal tem vindo a declarar, e que tem vindo a ser reconhecida publicamente, de facilidade em estabelecer um relacionamento e uma integração com as forças dos diferentes parceiros, em particular de parceiros africanos. É especialmente interessante que este seja o caso do Mali (como da República Centro Africana), com o qual Portugal não tem necessariamente estabelecidas relações históricas, culturais ou linguísticas (ao contrário dos países africanos lusófonos). Ainda assim, esta relação de confiança com as autoridades malianas não perdurou, tanto pela duração limitada do Comando português, quanto pelas sucessivas mudanças na liderança maliana por ocasião dos subseqüentes golpes de Estado no país. Para além disso, a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a situação no teatro de operações, em particular «[...] nos domínios da defesa e das reformas em curso, bem como, nos domínios

do Plano da Missão, regras de empenhamento ou atividades e projetos em curso» permanece um problema que «[...] influencia a prontidão dos militares após a chegada ao teatro, na ocupação do seu cargo» (Almeida 2020, 25), sendo que esta elevada rotatividade de forças e comando também dificulta o estabelecimento de relações de confiança com as autoridades locais.

Outros constrangimentos e oportunidades com que Portugal se tem deparado no contexto de ambas as missões que este capítulo se propõe a analisar da perspectiva da Política de Defesa Nacional têm surgido concomitantemente. Uma conclusão a que facilmente se chega numa análise à participação de Portugal nas missões EUTM Mali e MINUSMA é que não devem ser vistas separadamente uma da outra, nem do esforço coletivo da comunidade internacional no terreno. Estas missões e outras operações estão intrinsecamente ligadas umas às outras, não apenas por concorrerem para objetivos complementares – MINUSMA (reforma do setor da segurança), *Barkhane/Takuba* (operações executivas) e EUTM Mali (aconselhamento, formação e treino) –, mas também por recorrerem a esforços complementares (incluindo facilitadores estratégicos, sem os quais o esforço conjunto, qual dominó, corre o risco de desabar). Para além disso, esta coordenação encontra-se institucionalizada desde 2018 na Instância de Coordenação no Mali ao nível Militar (ICMM), que reúne trimestralmente os quatro Comandantes das forças internacionais (MINUSMA, EUTM Mali, Força Conjunta G5 Sahel e *Barkhane/Takuba*), bem como o Chefe de Estado-Maior das FAMA com o intuito de facilitar intercâmbios e partilha de informações (Baudais e Maïga 2022, 10).

A participação de Portugal vê-se, por isso, condicionada em diferentes dimensões, sobretudo considerando que participa em todas estas iniciativas. Por um lado, há um esforço ativo, decorrente de opções e preferências estratégicas nacionais, em assegurar uma participação nacional no máximo possível de missões (da UE e de outras organizações internacionais) em África, de forma a capitalizar sobre as valências nacionais e a consubstanciar a imagem de Portugal enquanto produtor de segurança confiável e cumpridor, ainda que essa participação se venha a refletir num número reduzido de efetivos (no momento de escrita deste capítulo, Portugal tinha 15 militares empenhados na EUTM e dois na MINUSMA). Por outro lado, a participação de Portugal deverá sempre ser vista no seu conjunto (i.e., no conjunto das várias iniciativas), dado que, apesar de terem diferentes origens, visam ser complementares, tal como o próprio empenhamento de forças nacionais.⁵

Conclusão

A presença de Portugal no Sahel em geral, e no Mali em particular, da perspectiva da Política de Defesa Nacional enquadra-se numa linha estratégica de estabilização regional e mitigação do fenómeno terrorista jihadista transnacional, com o intuito de impedir a sua

⁵ A putativa retirada ou reconfiguração da *task force Takuba* atualmente em discussão, embora não seja necessariamente objeto de estudo deste capítulo, terá um impacto sistémico inevitável nas restantes missões e operações no terreno, incluindo a EUTM Mali e a MINUSMA, porquanto é esta operação que facultava os referidos facilitadores estratégicos (incluindo meios aéreos e meios de evacuação médica) que constituem condição *sine qua non* para a continuação da presença internacional no Mali no seu conjunto. Para além disso, importa referir o fator inibidor da subsequente participação de alguns países nos esforços internacionais – como é o caso da Dinamarca –, no decurso do bloqueio maliano à sua entrada no país no contexto da rotação de tropas destacadas para a *task force Takuba*. Por outro lado, o futuro da EUTM Mali também está em causa, estando igualmente a ser equacionada uma reconfiguração, em linha com a tendência já em curso de expansão e regionalização dos esforços para outros países do G5 Sahel (Baudais e Maïga 2022, 23).

proliferação, através de um esforço de construção institucional e capacitação, no contexto de uma presença multilateral. Contudo, Portugal não está presente no Mali apenas em duas missões ou apenas devido ao seu alinhamento com as organizações às quais pertence, tendo também investido grandemente noutros esforços multinacionais *ad hoc*, como é o caso da operação multinacional *Barkhane* e da *task force Takuba*, e tendo ainda motivações que decorrem da sua localização geográfica de proximidade e interesses gerais no continente africano, que vão da segurança marítima às valências na área da capacitação no domínio da Defesa. Os estudos de caso analisados neste capítulo são, assim, duas peças de um puzzle mais alargado de triangulação deliberada de uma presença com diferentes abordagens, marcada por uma cuidada gestão de recursos e, simultaneamente, um *know how* putativamente superior ao de outros Estados-membros da UE em termos de adaptabilidade e capacidade de relacionamento e integração com as Forças Armadas dos parceiros africanos no terreno – algo que também motiva grandemente a presença nacional. África (sobretudo lusófona) tem-se constituído como uma prioridade das políticas externa e de Defesa portuguesas desde o período colonial até aos dias de hoje. Sucessivos programas governamentais da última década, bem como o Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013, em vigor no momento da escrita deste capítulo, enfatizam a ligação de Portugal a África e em particular à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como os programas de cooperação bilateral com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (Olivié, Gracia e Ribeiro 2022, 65-67). O papel preeminente do multilateralismo neste âmbito é também comumente destacado em documentos desta natureza, bem como em discursos políticos, reforçando a narrativa de Portugal como um construtor de pontes (*ibidem*), que reflete o modo como tem pautado por ganhar alguma relevância no âmbito multinacional (em particular no contexto da UE, OTAN e ONU) ao aproveitar a sua ampla experiência e presença em África, usando-as como fatores multiplicadores de oportunidades. Portugal tem não só procurado capitalizar sobre os benefícios da continuidade e da confiança estabelecida nos locais onde se encontra há mais tempo, como procura também priorizar África nas agendas das organizações às quais pertence, sobretudo quando desempenha papéis mais proeminentes, como é o caso da Presidência Portuguesa do Conselho da UE de 2021. Portugal aproveita, assim, a sua participação em fóruns de cooperação multilateral para defender os seus interesses estratégicos em África e, em simultâneo, para projetar a sua presença enquanto produtor de segurança com vantagens competitivas – nomeadamente uma elevada capacidade de integração, bem como amplo conhecimento e experiência adquirida através da Cooperação Técnico-Militar com PALOP (Costa 2012) – e para expandir esta presença para outras zonas de África (não-lusófona) (Bernardino 2007). Não obstante, o esforço combinado da projeção de Portugal, enquanto parte integral desta rede mais vasta de intervenções de atores externos, não tem surtido os efeitos desejados, conforme indicado anteriormente, equacionando-se agora as opções para o futuro da presença europeia (e, por conseguinte, nacional) na região do Sahel em geral, e no Mali em particular.

A escrita deste capítulo, embora forneça algumas pistas para a compreensão da presença portuguesa no Sahel e no Mali em particular, termina inevitavelmente numa incógnita. Deparamo-nos atualmente com diferentes possíveis cenários, incluindo uma possível reaproximação do governo maliano à UE e a outros países e organizações internacionais presentes no terreno face às sanções atualmente impostas pela CEDEAO e pela UE ao Mali (Conselho da União Europeia 2021) e à crescente crise alimentar, decorrente da guerra na Ucrânia, que, por sua vez, pode levar os Estados-membros da UE a abandonar um esforço infrutífero de uma década de presença militar no Mali, preferindo mobilizar as suas Forças Armadas e capacidades noutros cenários. A possibilidade de

reaproximação entre o Mali e Estados europeus apresenta-se como hipótese viável face à necessidade de o Mali mitigar as consequências negativas económicas e humanitárias destas sanções e crise alimentar. Por outro lado, a ineficácia internacional na resolução do conflito no Mali e uma possível escalada da conflitualidade e alargamento da crise a outras regiões, como a África Ocidental e o Golfo da Guiné, pode contribuir significativamente para a instabilidade e insegurança numa região de fronteira avançada da Europa – algo a que já estamos a assistir. Ainda assim, é importante sublinhar que a ideia de que o Mali se encontra no epicentro da crise de proliferação do terrorismo jihadista transnacional no Sahel e que os atores internacionais não deverão abandonar o Mali permanece firmemente ancorada nos discursos e ações nacionais que justificam a presença (ou pelo menos o interesse de segurança) de Portugal naquele país. Por outro lado, verifica-se um interesse cada vez maior, tanto por parte de Portugal (República Portuguesa 2021b) quanto dos parceiros da UE, putativamente decorrente deste fracasso generalizado da intervenção europeia e internacional, no robustecimento das missões e operações no terreno em África, a par com a sua incorporação em abordagens mais abrangentes (que incluam aspetos de desenvolvimento e governação), bem como mais interligadas com outros esforços e atores no terreno, incluindo organizações sub-regionais, numa lógica de multiplicação de esforços e mitigação da respetiva fragmentação ou duplicação. Este interesse e esforço de robustecimento da presença europeia em África, e no Mali em particular, têm feito parte da eficaz abordagem portuguesa de reforço do seu perfil enquanto construtor de pontes e (co)produtor de segurança proativo – amplamente visível durante a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, mas que se manteve após este momento de maior visibilidade.

Referências bibliográficas

- Adetuyi, Adetayo. 2021. «Military Coup and Its Effect on the Democratization Process in Mali and in the Region», *IPSS*, 15, n.º 5, março de 2021, <https://www.africaportal.org/publications/military-coup-and-its-effect-democratization-process-mali-and-region/>
- Almeida, António Augusto da Silva. 2020. Lições aprendidas da participação portuguesa nas missões de treino da União Europeia (EUTM/SOM, EUTM/MALI E EUTM/RCA). Trabalho de investigação individual do Curso de Estado-Maior Conjunto. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Arena, Maria Do Céu Pinto. 2017. «The rationale of small and medium-sized states for involvement in Peace Support Operations: the case of Italy and Portugal», *EUI working papers*, Robert Schuman Centre for Advanced Studies - RSCAS 2017/15, https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/45711/RSCAS_2017_15.pdf?isAllowed=y&sequence=.
- Arieff, Alexis. 2020. «Crisis in Mali», Congressional Research Service, Library of Congress Washington DC, <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF10116>.
- Baldaro, Edoardo. 2018. «A Dangerous Method: How Mali Lost Control of the North, and Learned to Stop Worrying». *Small Wars & Insurgencies*, 29, n.º 3: 579-603.
- Banunle, Albert, e Richard Apau. 2019. «Environmental and Natural Resources Consequences of Armed Conflicts and Violent Extremism in Sahelian Countries in Africa». *African Journal on Terrorism*, 8, n.º 1: 73-91.
- Bassou, Abdelhak. 2017. «State, Borders and Territory in the Sahel: The case of the G5 Sahel», OCP Policy Center, Policy Brief 17/33, <https://sahelresearch.africa.ufl.edu/files/OCPPC-PB1733vEn.pdf>.
- Baudais, Virginie, e Souleymane Maïga. 2022. «The European Union Training Mission in Mali: An Assessment», SIPRI Background Paper, https://www.sipri.org/sites/default/files/2022-04/bp_2204_eutm_mali.pdf.
- Bernardino, Luís. 2007. «Que política de cooperação para a segurança e defesa deve Portugal adotar em África?». *Revista Militar*, n.º 2465/2466 - junho/julho de 2007: 775-788.
- Bleck, Jaimie, e Kristin Michelitch. 2015. «The 2012 crisis in Mali: Ongoing empirical state failure». *African Affairs*, 114, n.º 457: 598-623.

- Castelo, Cláudia. 2017. «The Luso-Tropicalist Message of the Late Portuguese Empire». In: *Media and the Portuguese Empire. Palgrave Studies in the History of the Media*, eds., José Luís Garcia, Chandrika Kaul, Filipa Subtil, e Alexandra Santos. Cham: Palgrave Macmillan, 217-234.
- Center for Preventive Action. 2022. «Instability in Mali», Council on Foreign Relations, <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/destabilization-mali>
- Conselho da União Europeia. 2014. «Decisão 2014/219/PESC do Conselho de 15 de abril de 2014 relativa à missão PCSD da União Europeia no Mali (EUCAP Sahel Mali)». *Jornal Oficial da União Europeia*, L, n.º 113: 21-26.
- Conselho da União Europeia. 2021. «Mali: UE estabelece um quadro de sanções autónomo contra quem cria entraves à transição política», Comunicado de imprensa, 13 de dezembro de 2021, <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2021/12/13/mali-eu-sets-up-autonomous-framework-for-sanctions-against-those-obstructing-the-political-transition/>.
- Costa, Ricardo Dias da. 2012. «Portugal, África e a cooperação internacional em defesa». *Nação e Defesa*, 113: 235-259.
- Coulibaly, Massa, Carolyn Logan, e E. Gyimah-Boadi. 2020. «Maliens, though eager for change from failing state and economy, still demand democracy», Afrobarometer Dispatch n.º 386, https://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Dispatches/ad386-maliens_eager_for_change_still_look_to_democracy-afrobarometer_dispatch-25aug20.pdf.
- Conselho de Segurança das Nações Unidas. 2012. «Resolution 2085 (2012) Adopted by the Security Council at its 6898th meeting, on 20 December 2012», <http://unscr.com/en/resolutions/2085>.
- Conselho de Segurança das Nações Unidas. 2013. «Resolution 2100 (2013) Adopted by the Security Council at its 6952nd meeting, on 25 April 2013», <http://unscr.com/en/resolutions/2100>.
- Cravinho, João. 2021. «Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na receção à Força Nacional Destacada MINUSMA 2021 (C-295M)», Base Aérea n.º 6, Montijo, 2 de dezembro de 2021, <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDIxNQcA9HyvOQUAAA> A%3d.
- Davitti, Daria, e Anca-Elena Ursu. 2018. «Why securitising the Sahel will not stop migration», *University of Nottingham*, FMU Policy Brief n.º 02/2018, https://www.clingendael.org/sites/default/files/2018-01/PB_Why_securing_Sahel_won%27t_stop_migration.pdf.
- Defesa Nacional. 2022. Portaria 520/2022 de 18 de maio. 2022. «Participação nacional na United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali (MINUSMA) em 2022». *Diário da República*, n.º 96/2022, Série II de 18 de maio: 66.
- Dias, Vanda Amaro, Maria Raquel Freire, e Joana Rocha Barradas. 2021. «A participação de Portugal em missões internacionais como eixo estratégico de política externa». *Nação e Defesa*, n.º 159: 119-150.
- Dieng, Moda, Philip Onguny, e Amadou Ghouenzen Mfondi. 2020. «Leadership without Membership: France and the G5 Sahel Joint Force». *African Journal of Terrorism and Insurgency Research*, 1, n.º 2: 21-41.
- Dieng, Moda. 2019. «The Multi-National Joint Task Force and the G5 Sahel Joint Force: The limits of military capacity-building efforts». *Contemporary Security Policy*, 40, n.º 4: 481-501.
- Dowd, Caitriona e Clionadh Raleigh. 2013. «Briefing: the myth of global islamic terrorism and local conflict in Mali and the Sahel». *African Affairs*, 112, n.º 448: 498-509.
- Elischer, Sebastian. 2022. «Populist civil society, the Wagner Group and post-coup politics in Mali», *West African Papers*, 36, OECD Publishing, Paris, <https://www.oecd.org/publications/populist-civil-society-the-wagner-group-and-post-coup-politics-in-mali-b6249de6-en.htm>
- Exército Português. 2020. «Brigadeiro-General Boga Ribeiro: o Comandante Humanista», excerto de entrevista do jornalista António Mateus ao Brigadeiro-General Boga Ribeiro, emitida a 25 de julho de 2020 no canal televisivo RTP3, no programa Olhar o Mundo, <https://www.youtube.com/watch?v=nGpkXgyOhSY>.
- Fominen, George. 2020. «How the contagion of conflict in the Sahel could spread across West Africa», *World Food Programme*, <https://www.wfp.org/stories/how-contagion-conflict-sahel-could-spread-across-west-africa>.
- France 24. 2022. «Mali's ruling junta asks France to withdraw troops 'without delay'», *France 24*, <https://www.france24.com/en/africa/20220218-mali-asks-france-to-withdraw-troops-without-delay>.
- Gazeley, Joe. 2022. «The Strong 'Weak State': French Statebuilding and Military Rule in Mali». *Journal of Intervention and Statebuilding*, 16, n.º 3: 269-286.
- Goxho, Delina. 2021. «Unpacking the EU's New Sahel Strategy», *Egmont Commentary*, <https://www.egmontinstitute.be/unpacking-the-eu-new-sahel-strategy/>.
- Grimm, Sonja, Nicolas Lemay-Hébert, e Olivier Nay. 2014. «'Fragile States': introducing a political concept». *Third World Quarterly*, 35, n.º 2: 197-209.

- G5 Sahel. 2020. «Le G5 Sahel», G5 Sahel, <https://www.g5sahel.org/le-g5-sahel-2/>.
- Hassan, Hamdy A. 2020. «A New Hotbed for Extremism? Jihadism and Collective Insecurity in the Sahel». *Asian Journal of Peacebuilding*, 8, n.º 2: 203-222.
- Hövelmann, Sonja. 2020. «Humanitarian topics explained: Triple Nexus to Go», CHA - Centre for Humanitarian Action, <https://www.chaberlin.org/wp-content/uploads/2020/03/2020-03-triple-nexus-to-go-hoelmann-en-online.pdf>.
- Kwasi, Stellah, Jakkie Cilliers, Zachary Donnenfeld, Lily Welborn, e Ibrahim Maïga. 2019. «Prospects for the G5 Sahel countries to 2040», ISS-Institute for Security Studies, West Africa Report 25, https://media.africaportal.org/documents/Prospects_for_the_G5_Sahel_countries.pdf.
- Lory, Gregoire. 2022. «EU's Takuba military taskforce in Sahel caught between France and Mali», *EuroNews*, <https://www.euronews.com/my-europe/2022/02/03/eu-s-takuba-military-taskforce-in-sahel-caught-between-france-and-mali>.
- Mourato, Paula. 2020. Entrevista a João Boga Ribeiro: O militar humanista que comanda a Brigada Mecanizada, <https://mediotejo.net/entrevista-joao-boga-ribeiro-o-militar-humanista-que-comanda-a-brigada-mecanizada/>.
- Niang, Amy. 2020. «Introduction: Mali, la crise de 2020». *Codesria Bulletin*, n.º 5 e 6: 7-9.
- Okon, Enoch Ndem. 2021. «Mali: ECOWAS Responses to the Conflict in MALI (2012-2021)». *Conflict Studies Quarterly*, 37: 36–53.
- Oliví, Iliana, Manuel Gracia e Ines M. Ribeiro. 2022. «Capítulo 4 - Espanha e Portugal no mundo: análise com base no Índice Elcano de Presença Global». In *Espanha e Portugal na globalização. 500 anos desde a primeira circum-navegação*, org., Iliana Oliví, Luís Nuno Rodrigues, Manuel Gracia e Pedro Seabra. Madrid: Real Instituto Elcano, CEI-Iscte, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales e Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 61-85.
- Osland, Kari M., e Henriette U Erstad. 2020. «The Fragility Dilemma and Divergent Security Complexes in the Sahel». *The International Spectator*, 55, n.º 4: 18-36.
- Raleigh, Clionadh. 2010. «Political Marginalization, Climate Change, and Conflict in African Sahel States». *International Studies Review*, 12, n.º 1: 69–86.
- República Portuguesa. 2021a. «Primeiro-Ministro sublinha importância para a Europa da estabilidade em África», Histórico XXII Governo - República Portuguesa, <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=primeiro-ministro-sublinha-importancia-para-a-europa-da-estabilidade-em-africa>.
- Ribeiro, Ana Beatriz. 2020. *Modernization Dreams, Lusotropical Promises: A Global Studies Perspective on Brazil-Mozambique Development Discourse*. Brill.
- Portuguesa. 2021b. «Portugal tem «condições excecionais» para liderar o diálogo da União Europeia com Moçambique», Histórico XXII Governo - República Portuguesa, <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=portugal-tem-condicoes-excecionais-para-liderar-o-dialogo-da-uniao-europeia-com-mocambique>
- República Portuguesa. 2022. «Países da NATO devem reforçar parcerias para conter influência russa em África», Histórico XXII Governo - República Portuguesa, <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=paises-da-nato-devem-reforcar-parcerias-para-conter-influencia-russa-em-africa>
- Silva, Filipe Carreira e Manuel Villaverde Cabral. 2020. «The Politics of the Essay Lusotropicalism as Ideology and Theory». *The American Sociologist*, 51, n.º 3: 381-397.
- Stigall, Dan E. 2015. «The French Military Intervention in Mali, counter-terrorism, and the law of armed conflict». *Military Law Review*, 223, n.º 1: 1-40.
- União Europeia. 2022. «EU TRAINING Mission Mali (EUTM Mali)», Factsheet, https://eutmmali.eu/wp-content/uploads/2022/01/20220113_Fact-Sheet-EUTM-sans-elections-22FEB_ENG.pdf.